

A AMÉRICA LATINA E A MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA. UMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

De: José Maurício Domingues

A América Latina e a Modernidade Contemporânea. Uma interpretação sociológica

Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 255p.

Por: MARCOS PAULO CAMPOS CAVALCANTI DE MELLO

Mestrando em Sociologia UFC - Bolsista do CNPq.

A experiência da modernidade ocidental configura-se como objeto de investigação sociológica desde o nascedouro da disciplina. Não seria exagero afirmar que o próprio surgimento da sociologia como ciência vincula-se às transformações engendradas pela modernização ao pensamento humano. Se o estudo do mundo moderno é central na sociologia, seus paradigmas de observação e os temas elencados como preocupação assumem diversas configurações na produção intelectual ao longo do tempo. Perspectivas analíticas diferenciadas também se encontram entre a observação da modernização nos territórios onde ela é fenômeno central e nos lugares em que se expressa como decorrência e experiência específica. A preocupação em compreender os processos particulares de constituição da modernidade na América Latina acompanha José Maurício Domingues na obra em foco.

Ao voltar seu interesse para a modernidade na América Latina, o autor elenca aquilo que compreende ser a terceira fase da experiência moderna no subcontinente como objeto de análise. A proposta, portanto, é a construção de uma interpretação da América Latina na recusa à referência reificada da modernidade que estabelece o modelo de sociedade a ser alcançado pelo subcontinente. Muito menos quer o autor

propor uma teoria da modernização no sentido de elaborar uma teleologia para a história latino-americana. José Maurício busca compreender os processos vivenciados pela região na condição de integrada ao centro do desenvolvimento moderno sem, contudo, dispor de poder para interferir na direção da modernização apontada pelo seu epicentro. Domingues recupera a distinção centro-periferia introduzida por Raúl Prebisch no estudo sociopolítico do subcontinente. Nesse sentido, o autor volta-se para o entendimento dos giros modernizadores que operam a constituição da América Latina, seja como projetos coletivos bem definidos e racionalizados (centrados), seja como ocorrência dispersa, mais ou menos intencional, de pontos de vista coletivos (descentrados). Isso decorre da postura adotada na obra sobre as especificidades da modernização nas regiões em que ela se faz na articulação de influências externas e arranjos locais, caso da América Latina. O capitalismo é entendido na condição de instituição-chave da análise, mas não como operador exclusivo do mundo social constituído no subcontinente desde a chegada do colonizador em 1942.

A compreensão geral da modernidade no subcontinente em análise é um projeto intelectual construído por Domingues sem desaguar numa

perspectiva latino-americanista. Em verdade, o trabalho do autor é uma teoria sociológica da modernidade com foco em seu desenvolvimento na América Latina. Com isso, espera auxiliar a renovação da sociologia sobre a modernidade, bem como, assume a postura de diálogo crítico com o pensamento moderno. Marx, Weber, Giddens e Habermas são interlocutores permanentes de José Domingues que se autodefine como integrante de um ramo da teoria crítica em um engajamento ambivalente com a modernidade.

O argumento desenvolvido pelo autor coloca-se em três capítulos. O primeiro trata dos direitos, da justiça e da institucionalidade jurídica forjada para dar respostas às questões postas pela demanda social da Região. Domingues aponta um jogo dialético entre instituições e imaginários, na conformação de blocos históricos atravessados por indivíduos e subjetividades coletivas. A cidadania como inspiração ou como prática social é analisada nesse jogo dialético. Instituições, para o autor, são os arranjos mais sedimentados da vida social, por conseguinte, menos sujeitos à contingência. Imaginários são idéias socialmente difundidas, capazes de influenciar a práxis social, apesar de possuírem caráter mais mutável e dinâmico. Os dois últimos séculos da América Latina representam um esforço incansável de giros modernizadores na perspectiva da cidadania em franca disputa com tentativas de impedimento advindas de forças sociais vinculadas à dominação e, portanto, democraticamente limitadas. O ímpeto liberal, quase utópico, presente nas independências pelas quais passou a Região no século XIX, é assumido pelo autor como marco da primeira fase de nossa modernidade organizada sob a forma do Estado nacional. O desafio da formação nacional não

deixou de conter as permanências não-progressistas da ordem social anterior, constituindo um modelo restrito de modernidade, no qual foi solapada a manifestação de indivíduos e grupos desejosos do aprofundamento da *liberdade igualitária* cuja tradução em cidadania e democratização encontra-se no cerne dos valores modernos.

Na América Latina, imposições oriundas da herança escravista, das formas de dominação pessoal e da ausência de tradição contratual se colocaram para o estabelecimento da justiça. As lutas políticas que sucederam às independências colocaram em questão o liberalismo e o revelaram demasiado estreito para dar conta da demanda social e dos direitos políticos cerceados pela disseminada oligarquização.

A segunda fase da modernização do subcontinente pode ser caracterizada pela inserção débil de direitos sociais, atuação desenvolvimentista do Estado na economia e incorporação dos trabalhadores na vida nacional por meio do corporativismo. Os direitos sociais surgem como forma de aplainar as tensões sociais e não como elemento substantivo para a coesão das formações nacionais. A integração das coletividades fora realizada pela ação econômica do Estado de cunho desenvolvimentista. Essa foi a expressão do keynesianismo – na Europa, nomeado Estado do Bem-estar – no subcontinente cuja parceria com o corporativismo permitiu o movimento ‘nacional-popular’ que atravessou a Região por todo o século passado. O corporativismo latino-americano implicava direitos tutelados e maior controle estatal sobre as organizações dos trabalhadores. Isso até a ascensão autoritária ocorrida no sentido de impedir o avanço de dimensões progressistas para além do ‘nacional-popular’ que complementou a modernização no plano econômico.

A crise da modernidade estatalmente organizada eclode no mundo europeu por conta do descompasso entre o Estado do Bem-estar e a produção fordista, em relação às mudanças ocorridas no padrão global de acumulação. Na América Latina, essas mudanças convergem com a redemocratização marcada pela retomada organizativa dos trabalhadores e o surgimento de novos atores na política, articulados fora do campo do trabalho. A cidadania afirmou-se e ganhou espaço no imaginário social em mobilizações que resultaram em avanços significativos no plano da institucionalização de direitos políticos e sociais. O caráter tardio da regulação social latino-americana, associado ao declínio da classe trabalhadora devido a mudanças na economia mundial, concorre na produção de uma formação social plural e fragmentada. A expressão progressista dessa caracterização seriam os movimentos sociais que permearam o tecido social e político de novas demandas por direitos, vinculadas estas a construções identitárias das mais diversas ordens. Ganham destaque as identidades produzidas pela politização de segmentos da população rural, configurando e atualizando a chamada questão agrária no subcontinente; embora sociedades historicamente violentas possam expressar descontentamento social por meio do crime e da violência gratuita ou organizada.

A modernidade não se atualiza, novamente, sem a persistência de relações clientelistas, apesar de sua burocratização. O *clientelismo burocratizado*, como diz o autor, não é remanescência do passado, mas sim uma modernização auspiciosa de velhas fórmulas comprometedoras da democratização, em longo prazo. Aí reside um aspecto pouco explorado na análise da vida mais recente da Região marcada pela experiência do neoliberalismo. Esse veio a

desmantelar o já débil Estado latino-americano. O pluralismo social mobilizador enveredou por uma maior institucionalização, com o surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e pela relação de parceria com o Estado que dela necessita, visto que desmontou sua estrutura de atenção social. A modernidade se fez mais complexa em sua terceira fase, apontando uma esfera pública complexa, marcadamente desigual e hierarquizada.

No plano especificamente jurídico, reformas dos judiciários nacionais processaram-se com o impulso de agências internacionais fortalecidas na última fase do mundo moderno. Avanços democráticos como o Ministério Público – um corpo estatal específico, com grande autonomia, e representativo dos interesses da sociedade, criado na Constituição brasileira de 1988 – e a defesa de maior pluralismo jurídico no subcontinente tensionam permanentemente com a privatização da justiça e os *giros modernizadores* que têm no jurídico o apoio para a manutenção de desigualdades. A cidadania, portanto, afirma-se como substância em conflitos e lutas sociais.

O foco da análise de Maurício Domingues volta-se, no segundo capítulo do livro, para a temática “desenvolvimento econômico latino-americano”. Para ele, a Região não tem sido bem sucedida na tarefa de integrar-se à nova economia globalizada. Claro está que não será possível reproduzir na América Latina os estágios atravessados pelos países centrais. A crise e o posterior abandono do desenvolvimentismo não foram sucedidos por outro projeto de fortalecimento das economias nacionais. Ao contrário, o neoliberalismo internacionalizou, subordinadamente, alguns setores das frágeis economias do subcontinente em mercados de competição estrangeira, aumentando o controle

e a dependência externos da economia latino-americana. O autor considera que desde seu início a América Latina esteve conectada ao fluxo global de *commodities* primárias e metais preciosos. A produção econômica voltada para o mercado externo deixou de lado a tarefa de estabelecer um mercado interno consumidor para a sustentabilidade econômica do subcontinente. Havia ainda a combinação entre domínio oligárquico, estrutura agrária desigual e escravismo.

A segunda fase de nossa modernidade assumiu a tarefa interna como condição da industrialização dependente ocorrida, sobretudo, por conta da ação estatal desenvolvimentista e da política de substituição de importações. As indústrias mecânica, química, elétrica e petroleira se constituíram núcleo da ofensiva modernizadora. O pensamento social também impulsionou a industrialização nas duas formulações do chamado 'estruturalismo histórico'; são elas: o estruturalismo cepalino e a teoria da dependência. Contudo, havia o problema do mercado interno. Esse se relaciona diretamente com os históricos baixos padrões de consumo das populações latino-americanas. O escravismo e a economia informal mantiveram boa parte das massas urbanas e rurais distantes de um consumo mínimo da produção interna. Esse processo retardou a acumulação necessária à industrialização e manteve a desigualdade social alta no subcontinente. A indústria estabeleceu-se centrada na exportação de produtos primários e na produção de bens de consumo leves. Para compreender a transformação da economia latino-americana, sobretudo a mudança pela qual passa devido às transformações do regime mundial de acumulação, Domingues aponta a perspectiva regulacionista. Essa põe em foco os arranjos

nacionais construídos para dirigir o regime de acumulação e garantir a compatibilidade do sistema e das decisões de política econômica.

A estratégia neoliberal opera como desregulamentação dos mercados, flexibilização das relações de trabalho e desautorização da regulação interna das economias nacionais. Na América Latina, soma-se ao exposto a existência de uma massa de mão-de-obra desqualificada que não se encaixa na categoria de 'exército de reserva', pois não está preparada para assumir postos de trabalho em curto prazo. O impasse da inovação tecnológica necessário ao avanço da modernização econômica da região, base da crise desenvolvimentista, foi solapado pela quase obrigatória 'reprimarização' do tecido econômico latino-americano como forma de participação no mercado mundial. Recoloca-se a questão agrária em novos marcos; ou seja, as relações sociais que envolvem o regime de propriedade necessário para a produção primária em larga escala num subcontinente internacionalizado por meio do agronegócio.

A ofensiva neoliberal, segundo Maurício Domingues, delinea a produção econômica latino-americana em três condições: industrialização da produção de commodities manufaturadas (Brasil e Argentina); regiões 'maquiladoras' onde a produção se faz com alta tecnologia de empresas transnacionais voltadas para o mercado externo (México e América Central) e economias agrárias no restante do continente. Há exceções, mas, em geral, a paisagem econômica expressa já um esgotamento do modelo neoliberal, pela incapacidade de sua desregulação atender às demandas sociais de trabalhadores informais, desempregados e formalmente precarizados não-integrados ao mercado interno, nem mesmo pelo consumo.

O terceiro e último capítulo da obra configura a contemporaneidade como construção democrática na qual três projetos sociais estão em disputa. Estes são nomeados de *autoritário*, *neoliberal* e *progressista*. Em relação aos tais projetos é que devem se posicionar as *subjetividades coletivas* de que fala Maurício Domingues.

A noção de *subjetividades coletivas* é construída pelo autor para fugir da dicotomia entre ação individual e ação coletiva. O conceito visa renovar as acepções de classe social, etnicidade, raça, geração e gênero porque fala de construções simbólicas do real cujos sentidos orientam as ações sociais de indivíduos e grupos, frente aos três projetos em disputa na terceira fase da modernidade na América Latina. As *subjetividades coletivas* se constroem no terreno fragmentado do tecido social resultante da mudança nos padrões de acumulação, da ampliação das escolhas e dos processos privados de construção identitária nessa última fase da modernidade. Assim, o autor afasta-se de uma leitura pós-modernista do momento contemporâneo e aproxima-se de Giddens na classificação do presente como uma fase particular da modernização.

As classes populares figuram na linha de frente da construção do projeto progressista, sobretudo após sua inserção no espaço público em que pesam os movimentos de gênero, de bairros e de luta pela terra. Mais recentemente, a questão ambiental e *subjetividades coletivas* como homossexuais e jovens também participam da produção política que luta pelo avanço da

democratização. Os autoritários em sua base agrária ou militar continuam a atuar como força de atraso, inclusive porque seu histórico na região vincula-se à supressão de liberdades e da própria democracia, bem como, à manutenção ou renovação de domínios pessoais. O neoliberalismo como projeto de internacionalização dos setores modernizáveis – elites empresariais, industriais e alguma fatia da classe média – disputa no subcontinente a direção do investimento público e a agenda das economias nacionais. Todos esses projetos enfrentam-se numa esfera pública midiaticizada e buscam a adesão do conjunto da sociedade para programas de coesão nacional reafirmadores da importância de uma instituição tipicamente moderna: o Estado nacional. Está na arena política o possível surgimento de novos blocos históricos capazes de produzir na América Latina uma modernização que dê conta da tarefa de produzir uma solidariedade complexa num subcontinente de tecido social tão heterogêneo.

O autor aposta na criatividade molecular gestada nos movimentos pela redemocratização latino-americana como *subjetividades coletivas* em que o novo pode surgir como *giro modernizador*, promotor de melhores condições de vida e desenvolvimento para a Região. A elaboração teórica e o material empírico articulado na construção do argumento de Maurício Domingues fazem de sua leitura uma tarefa indispensável aos que desejam compreender a contemporaneidade latino-americana.